

Um mundo policêntrico só será possível pela intervenção da “sexta grande potência”

A polycentric world will only be possible by the intervention of the “sixth great power”

Paris Yeros*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.012>

Diário do Povo/China



Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), da qual participaram delegados de países africanos e asiáticos à época recém-independentes e não alinhados às potências mundiais

RESUMO

A intervenção das forças populares — o que Marx chamou de “sexta grande potência”, em referência às cinco grandes potências europeias de seu tempo — continua sendo fundamental para a atual transição sistêmica. Este artigo busca esclarecer o caráter e a evolução da contradição entre o imperialismo e os trabalhadores do Terceiro Mundo. Baseando-se na noção de *policentrismo* de Samir Amin, argumenta-se que a transição atual, marcada pelo declínio prolongado do sistema capitalista, ainda pressupõe a “desconexão” da lei mundial do valor e a busca por caminhos de desenvolvimento soberano em bases populares. Tal transição só pode ser alcançada por meio da intervenção de trabalhadores e camponeses nas periferias do sistema. Elementos-chave da atual rivalidade sistêmica são discutidos para iluminar os desafios, com foco especial na expansão das reservas de mão de obra e no caráter das formações sociais periféricas hoje.

Palavras-chave: Policentrismo. Multipolaridade. Transição sistemática. Desconexão. Reservas de trabalho.

ABSTRACT

The intervention of popular forces — what Marx called the “sixth great power”, referring to the five European great powers of his time — remains fundamental to the ongoing systemic transition. This article aims to clarify the nature and evolution of the contradiction between imperialism and the working people of the Third World. Drawing on Samir Amin’s notion of *polycentrism*, it argues that the current transition, marked by the prolonged decline of the capitalist system, still requires a “delinking” from the global law of value and a pursuit of sovereign, popular-based development paths. Such a transition can only be achieved through the active participation of workers and peasants in the peripheries of the system. To illuminate the challenges of this transformation, the article examines key elements of contemporary systemic rivalry, with particular emphasis on the expansion of labor reserves and the current character of peripheral social formations.

Keywords: Polycentrism. Multipolarity. Systemic transition. Delinking. Labour reserves.

1. INTRODUÇÃO

A história do século XXI acelera a cada mês e ano que passam. A rivalidade sistêmica entrou numa nova fase com a eclosão da guerra na Europa e o genocídio em Gaza. Há, nesta altura, muita especulação e apreensão sobre a direção da mudança e o caráter da ordem emergente. A nossa tarefa continua a ser a de afiar as nossas ferramentas de análise para que a transição para um sistema alternativo possa ser devidamente iluminada.

Devemos reconhecer, em primeiro lugar, que a contradição histórica entre o imperialismo e os povos trabalhadores do Terceiro Mundo continua a ser a *principal* contradição. Quaisquer que sejam as especulações que possam existir sobre a “multipolaridade”, aquela contradição principal não foi superada. Mas, é claro, ambos os aspectos da contradição continuaram a evoluir. O capitalismo monopolista, na sua forma imperialista coletiva, está em crise permanente desde meados da década de 1960, passando para a sua generalização, globalização e financeirização (Amin, 2019; Yeros; Jha, 2020). Essa crise sistêmica é acentuada pela ascensão da China e por um novo conjunto de alianças anti-imperialistas. A matriz da resistência, no entanto, consiste nos trabalhadores e camponeses do Terceiro Mundo, que constituem a base popular da soberania, ao mesmo tempo que constituem as crescentes reservas de mão de obra do mundo.

As formações sociais periféricas desenvolveram características distintas com o crescimento maciço das reservas de trabalho muito além de qualquer precedente histórico. Essas reservas estão concentradas no Sul do planeta e, ao contrário do que se poderia esperar, não estão transitando para uma situação totalmente proletarizada. A tendência geral é para uma condição de semiproletarização generalizada, um fenômeno duradouro e determinante do caráter de formações sociais inteiras (Yeros, 2022). Uma característica fundamental dessas formações sociais é a polarização social avançada e uma profunda crise de reprodução social. Outra característica é a pressão insurrecional que elas geram. Repetidas vezes, testemunhamos convulsões sociais que atingem as periferias como raios em série, de uma região para outra, mas que são, na sua maior parte, frágeis em orientação ideológica e organização política.

Podemos falar com segurança de uma *situação pré-revolucionária mundial* (Yeros, 2021a; 2021b). Conforme discutido anteriormente (Yeros, 2021a, p. 26), “[podemos] ter certeza agora de que mobilizações em massa e surtos insurrecionais em série ocorrerão ao longo desta década e que representarão muito mais do que uma fase passageira de agitação social”. Testemunhamos pelo menos duas situações revolucionárias nos últimos 25 anos, no Zimbábue e na Venezuela, e outras estão a desenrolar-se hoje no Oriente Médio, no seio do Eixo da Resistência. A insurreição armada em Gaza, mais do que qualquer outra, resume hoje a natureza dessa contradição histórica. É certo que a maturidade da revolução é desigual entre um país ou região e outro. Mas as condições objetivas são essencialmente partilhadas no Terceiro Mundo e a sinergia política opera em escala mundial.

A atual transição sistêmica é geralmente entendida como uma passagem da *unipolaridade* para a *multipolaridade*. Tais termos entraram no nosso léxico político, mas não é inteiramente claro o que significam para nós. Eles exigem adaptação, se é para utilizá-los para os nossos propósitos. Quaisquer que sejam os termos preferidos hoje, a verdadeira tarefa é operacionalizar o que Samir Amin concebeu como uma transição para o “policentrismo” através da “desconexão” nacional e regional (Amin, 1980; 1987; 1990). Mais do que uma

luta entre “grandes potências” pela supremacia mundial, o policentrismo prevê o desenvolvimento soberano e popular para as nações e regiões do Terceiro Mundo na transição para o socialismo. A desconexão implica a separação, ou a supressão, da lei mundial do valor dominada pelo imperialismo coletivo, com o objetivo de forjar caminhos de desenvolvimento autônomos numa base popular.

A noção de *política de grandes potências* entre múltiplos Estados concorrentes é anterior à ascensão do imperialismo sob o capitalismo monopolista. Os pressupostos dessa política informaram as rivalidades europeias e a sua expansão para o exterior, pelo menos desde o século XVII. Mas foi no século XX, durante a Guerra Fria, nas mãos da Ciência Política estadunidense, que tal noção ganhou atenção teórica com base em reivindicações filosóficas específicas e ambições científicas preocupadas em governar as relações entre as “grandes potências” (Mearsheimer, 2001; Morgenthau, 1948; Waltz, 1979). As suas prioridades residiam no “interesse nacional” num estado de “anarquia”, buscando ou um “equilíbrio de poder” entre os maiores atores ou a “revisão” das suas relações.

As limitações de tal pensamento, seja como convenção diplomática ou como pseudociência imperialista, são evidentes. Foram assinaladas há muito tempo por Marx, quando as “cinco grandes potências” disputavam a supremacia. O que realmente importa, afirmou Marx, é a “sexta” grande potência, o proletariado revolucionário. Assim ele escreveu em fevereiro de 1854 (Marx, 1953, tradução nossa):

[N]ão devemos esquecer que existe uma sexta potência na Europa, que em determinados momentos afirma a sua supremacia sobre o conjunto das cinco chamadas “grandes” potências, e as faz tremer, cada uma delas. Essa potência é a revolução. Há muito tempo silenciosa e inativa, é agora novamente chamada à ação pela crise comercial e pela escassez de alimentos.

Pretendemos basear-nos na noção de *policentrismo* legada por Samir Amin para iluminar a transição sistêmica do capitalismo para o socialismo. Amin chegou ao ponto de reescrever toda a história das transições entre modos de produção e de lidar com os desafios das formações sociais periféricas sob o capitalismo (Amin, 1973). O nosso ponto de partida, segundo Amin, é o declínio prolongado do sistema capitalista na sua fase obsoleta (Amin, 2003; Yeros; Jha, 2020). Sob tais condições, a transição sistêmica ainda pressupõe a desconexão da lei mundial do valor no interesse dos trabalhadores e camponeses das periferias. Em última análise, essa deve ser *a nossa* medida de transição.

Os elementos-chave da atual rivalidade sistêmica serão discutidos abaixo, bem como os desafios da transição para o policentrismo. Especial atenção será dada ao crescimento das reservas de trabalho e às formações sociais resultantes nas periferias, que são tanto a *fonte* como a *medida* da transição sistêmica.

2. SOBRE A RIVALIDADE SISTÊMICA: QUEM GANHOU A GUERRA FRIA?

O imperialismo coletivo da Tríade (Estados Unidos, União Europeia e Japão) evoluiu após a Segunda Guerra Mundial sob a liderança dos Estados Unidos para fornecer coerência estratégica à expansão do capital monopolista contra o Leste e o Sul. O seu objetivo era derrotar todos os obstáculos ao capitalismo monopolista, quer fosse socialista ou nacionalista, incluindo o sistema soviético e o Terceiro Mundo emergente. Essa foi a essência



Trabalhadores semiproletarizados: ex-segurança, Ivo hoje tira sua renda da venda de salgados em pontos de ônibus em Cuiabá (MT). Março de 2020

da rivalidade sistemática da Guerra Fria (Amin, 2003; Moyo; Yeros, 2011). As suas origens encontram-se nos dois grandes acontecimentos anti-imperialistas do século XX: a revolução socialista e a libertação nacional.

Ouve-se dizer que, inspirado na teoria da “polaridade”, aquele era um mundo “bipolar” com um componente nuclear adicional. Estrategistas estadunidenses estavam dispostos a encontrar um “equilíbrio” nesse cenário ou, alternativamente, avançar no sentido da derrota total e desmembramento da União Soviética. Os soviéticos sabiam muito bem o que estava em jogo, tendo sido invadidos por vários exércitos após a Revolução de Outubro e depois feito o maior sacrifício na Segunda Guerra Mundial para derrotar o Exército invasor nazista. Mas também os soviéticos, uma vez vitoriosos, passaram a pregar o equilíbrio como “coexistência pacífica” entre os “dois sistemas” durante os anos de Khrushchev. Naquela época, na década de 1950, nem os estadunidenses nem os soviéticos estavam inclinados a reconhecer qualquer outra competição que não a sua.

No entanto, essa ilusão foi derrubada em Bandung, quando os antigos súditos coloniais, ora nações independentes, resolveram tomar para si o seu destino e posicionar-se no interesse dos seus povos. O Terceiro Mundo passou assim a existir entre os povos ex-coloniais, subdesenvolvidos e oprimidos como um projeto político de libertação nacional, solidariedade, desenvolvimento e paz mundial. O avanço dos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo conduziu o planeta a uma rivalidade sistêmica tripartite, cuja força motriz era precisamente a contradição principal entre o imperialismo e os povos oprimidos do Terceiro Mundo. Por outras palavras, a contradição entre o imperialismo e o anti-imperialismo era muito mais ampla do que as noções de *bipolaridade* admitiriam, na medida em que as lutas de libertação nacional se tornaram a verdadeira força motriz da rivalidade

As formações sociais periféricas desenvolveram características distintas com o crescimento maciço das reservas de trabalho muito além de qualquer precedente histórico. Essas reservas estão concentradas no Sul do planeta e, ao contrário do que se poderia esperar, não estão transitando para uma situação totalmente proletarizada. A tendência geral é para uma condição de semiproletarização generalizada, um fenômeno duradouro e determinante do caráter de formações sociais inteiras

sistêmica do pós-guerra. Estas encontraram na União Soviética um contrapeso sistêmico ao imperialismo, se não também apoio direto, enquanto a própria lógica do conflito Leste-Oeste ficou aprisionada nas lutas de libertação das periferias. Não é por acaso que o confronto nuclear mais perigoso da Guerra Fria ocorreu por conta da Revolução Cubana.

Ouve-se também que o Ocidente “ganhou” a Guerra Fria. Os neoliberais, em seu triunfalismo da década de 1990, assumiram a liderança ao postular o “fim da história”. O mais notório foi Fukuyama (1989), que imaginou a vitória final e permanente do capitalismo e do liberalismo sobre quaisquer outros concorrentes históricos. Enquanto isso, seus *alter egos* “realistas” contemplavam os caminhos e meios de um mundo “unipolar”: seria um “momento” ou uma “estrutura” (Layne, 1993; Wohlforth, 1999)? Estaria ele fadado a regredir à “multipolaridade” (Waltz, 2000)? Seria melhor buscar equilíbrio ou maximizar o poder (Mearsheimer, 2001; Snyder, 2002)? Outros ainda declararam a sua angústia relativamente à “excessiva extensão imperial” das grandes potências ou ao “choque” delas com civilizações não ocidentais (Huntington, 1993; Kennedy, 1987).

Um dos grandes feitos dessa efervescência intelectual foi nos impor seus conceitos. Não só espalharam as suas teorias neoliberais e culturalistas, mas também, cada vez mais, teorias de “polaridade” e “geopolítica”. Eles encontraram interlocutores nos teóricos da “hegemonia”, seja de persuasão “gramsciana” ou “hobbesiana”, para quem cada “ciclo” histórico mundial exigia não um clube de grandes potências, mas uma única potência “hegemônica” para liderá-lo, na ausência da qual o “caos” iria se instalar (Arrighi; Silver, 2001; Gilpin, 1981). Até hoje, essas formulações altamente ideológicas obscurecem muito mais do que revelam (Yeros, 2021b).

A verdade é que não houve uma vitória clara do Ocidente na rivalidade sistêmica da Guerra Fria. O que aconteceu depois da década de 1960 foi uma tentativa retrógrada de res-

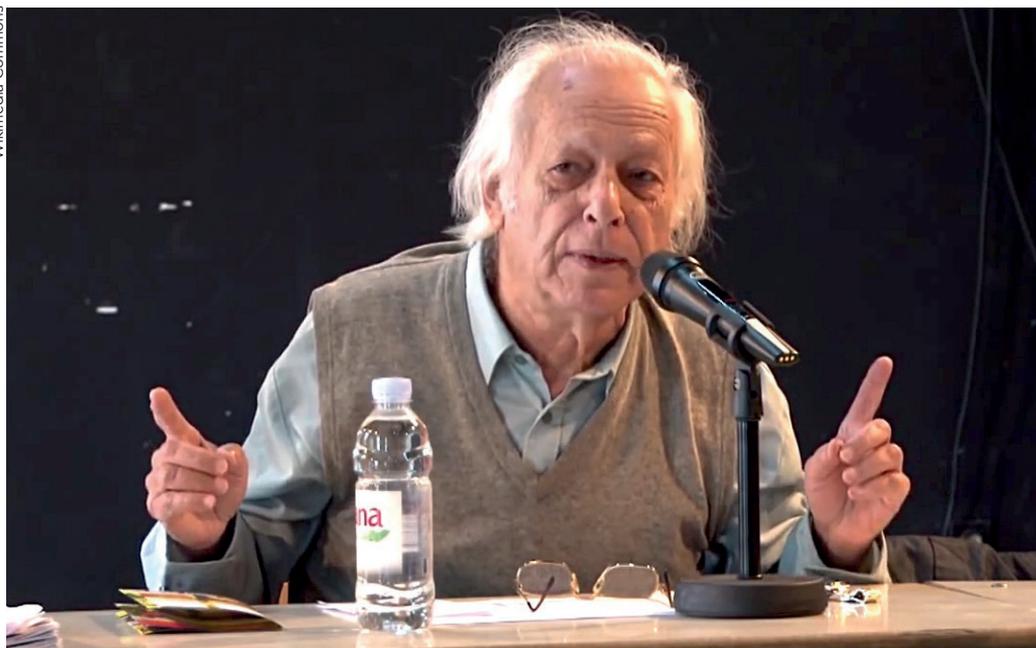
gatar o imperialismo coletivo do seu declínio permanente. A financeirização, a redolarização através do mercado de petróleo, novas ondas de exportação de capitais, a escalada militar e os saltos tecnológicos relançaram o imperialismo coletivo. Certamente, essa revanche consolidou a transição do Terceiro Mundo para o neocolonialismo e empurrou o sistema soviético para além dos seus limites, estando os dois estreitamente posicionados na correlação de forças. No entanto, seria mais apropriado ver nessa fase tardia do neocolonialismo um longo *impasse* na transição sistêmica, pois as contradições básicas do capitalismo monopolista nunca foram resolvidas, e a financeirização, as exportações de capital e a militarização, apesar dos saltos tecnológicos envolvidos, tornaram-se todos elementos do declínio secular.

O saldo líquido da Guerra Fria não foi inteiramente a favor do imperialismo. Apesar de selar a transição neocolonial, com a notável exceção da China, o relançamento do imperialismo coletivo não reverteu a descolonização. Ou seja, não conseguiu derrubar o sistema generalizado de soberania nacional obtida pelos povos do Terceiro Mundo com a ajuda da União Soviética. Mesmo depois de quase meio século de neoliberalismo, o regime de soberania nacional não foi suprimido ou superado. Para ser mais preciso, o regime de soberania nacional está em processo de degradação (Moyo; Yeros, 2011; Yeros; Jha, 2020). Resulta da agressão imperialista constante e de uma crise social profunda, evidente mais claramente no crescimento gigantesco das reservas de trabalho. Isso criou as condições para o surgimento de forças neofascistas internas e até produziu novas situações semicoloniais numa série de países que sucumbiram à invasão imperialista e à fragmentação territorial. Mas permanece o ponto de que o regime geral da soberania nacional não foi derrubado até hoje, e essa é uma vitória consagrada dos povos do Terceiro Mundo.

O fim da Guerra Fria também não pôs fim ao movimento comunista, apesar do colapso e do desmembramento da União Soviética. O movimento comunista recuou, mas também passou por transformações a ponto de avançar espetacularmente, especialmente na China. A experiência de desenvolvimento mais importante que se desenvolveu sem grandes interrupções ao longo dos últimos 70 anos ocorreu sob a liderança de um partido comunista, transformando a China no principal concorrente do imperialismo coletivo. Voltaremos a esse assunto. Basta apresentar mais uma vez a questão óbvia: ainda é possível sustentar que o Ocidente venceu a Guerra Fria?

Seria mais correto dizer que o *impasse* do neocolonialismo tardio está sendo desafiado pelo avanço renovado das forças anti-imperialistas provenientes de várias direções, que desta vez encontram um contrapeso na China. Assim, um enfoque analítico simplista nas “grandes potências” continua a ser inadequado. O nacionalismo nas periferias tem-se radicalizado, e a trajetória da China permanece intimamente ligada ao Terceiro Mundo. Podemos até ser mais enfáticos: o futuro da China, tal como foi o da União Soviética, antes dela, dependerá da sua relação com o Terceiro Mundo e do destino deste último. Como alertou Amin (2014), a China ainda poderá cair na armadilha imperialista se não lidar adequadamente com as suas contradições internas e externas; para evitar a armadilha, a China deve, nas suas palavras,

prosseguir tenazmente no objetivo de reconstruir um sistema político internacional policêntrico, que respeite todas as soberanias nacionais, e, para esse efeito, agir no sentido de reabilitar as nações unidas marginalizadas pela Otan. Enfatizo a importância decisiva deste último objetivo, o que implica a prioridade de reconstruir uma “frente do Sul” (Bandung 2?) capaz de sustentar as iniciativas independentes dos povos e dos Estados do Sul (Amin, 2014, p. 294-295).



O economista Samir Amin (1931-2018)

A transição para um sistema alternativo só pode significar a quebra do atual estrangulamento neocolonial, para que a desconexão possa tornar-se uma possibilidade generalizada para os países e regiões do Terceiro Mundo. A China pode ir longe para desequilibrar as relações neocoloniais inerentes ao atual nexos “dólar-finanças-petróleo”, através de novas parcerias estratégicas.

Mas ainda assim um nexos monetário, financeiro e comercial alternativo não determinará, por si só, o conteúdo e o curso da desconexão dos povos trabalhadores das periferias. Deve ser lembrado que, durante toda esta fase de acumulação primitiva socialista, pela qual a China passou, as reservas de trabalho do Terceiro Mundo continuam a expandir-se. A ascensão da China e a ascensão do Terceiro Mundo não estão automaticamente numa relação positiva. O potencial positivo dessa relação também não pode ser adiado. Os riscos para o Terceiro Mundo são hoje ainda maiores, dado que o aquecimento global acelerou e as alterações climáticas terão o seu maior impacto — na verdade, catastrófico — sobre os povos trabalhadores localizados justamente nas enormes reservas de trabalho concentradas nas regiões tropicais e semitropicais. Isso torna a transição para o policentrismo uma questão urgente e existencial, exigindo a intervenção de ninguém menos que os povos trabalhadores do Terceiro Mundo.

3. A RETOMADA DA GUERRA FRIA

As contradições sistêmicas que levaram ao impasse neocolonial estão agora se intensificando. Se a China foi a força que mais se aproveitou do declínio do imperialismo coletivo e minou a infraestrutura econômica do neocolonialismo tardio, o confronto violento da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) com a Rússia na Ucrânia e a insurreição armada e o genocídio na Palestina são um ponto de inflexão. No geral, a infraestrutura do domínio neocolonial está sob forte pressão.

A China operacionalizou, à sua maneira, o significado original de *capitalismo de Estado*, na forma de “socialismo com características chinesas”, e reafirmou que o capitalismo só pode funcionar para o benefício dos povos das periferias sob o controle de uma força revolucionária, que o Partido Comunista encarna

3.1. O NOVO GRANDE SALTO ADIANTE DA CHINA

A correlação de forças da rivalidade sistêmica apresenta hoje características bastante diferentes das do século XX. A queda da União Soviética foi superada pela ascensão da China, que tem adentrado no terreno próprio da Triade no comércio, nas finanças, nos investimentos e na tecnologia. Recorde-se que a União Soviética não mantinha relações econômicas substantivas com a maior parte do Terceiro Mundo, com as notáveis exceções da China na década de 1950, da Índia e do Egito depois de Bandung até a década de 1970, e de Cuba pós-revolucionária até o fim da União Soviética. No geral, o peso do relacionamento da União Soviética concentrou-se na assistência político-militar às lutas de libertação nacional. A China, pelo contrário, inverteu as prioridades ao situar o investimento e o comércio na vanguarda das suas relações. A China tornou-se o principal parceiro comercial de todos os países do Terceiro Mundo, quase sem exceções. Nesse sentido, a economia mundial transitou para um sistema comercial mediado pela China.

O sucesso da China ao reposicionar-se na divisão internacional do trabalho dessa forma, desenvolvendo as forças produtivas sob um sistema de planificação soberano e tirando o seu povo da pobreza, é o maior feito de qualquer país do Terceiro Mundo. O fato de isso ter ocorrido sob o domínio do dólar e o cerco militar estadunidense é, ao mesmo tempo, a maior ameaça ao imperialismo (Kadri, 2021; Sit *et al.*, 2013; Wen, 2021). A China aproveitou a crise permanente do capitalismo monopolista, abrindo as suas fronteiras às multinacionais da Triade, exportando produtos industriais para satisfazer as necessidades de consumo do Ocidente e reciclando os seus excedentes de volta aos mercados de capitais daquela região. Mas também levantou a possibilidade de minar a centralização e concentração do capital da Triade, que sustenta a renda imperialista. Essa é a verdadeira ameaça ao imperialismo.

A transição policêntrica não dependerá apenas da China — tal como a libertação nacional não dependeu somente da União Soviética

A questão de como a China fez isso continua sujeita a controvérsia. O que é certo é que o imperialismo reconhece com a maior preocupação a vitalidade e a resiliência do sistema chinês, mesmo que não o elogie. A China integrou-se na economia mundial ao mesmo tempo que alavancou inovações institucionais no seu sistema de planificação central para se proteger das piores consequências da integração e manter a sua própria agenda de desenvolvimento. É o país que navegou os desafios da transformação econômica com maior clareza, inovação e agilidade, sem abrir mão dos ganhos essenciais da revolução, especialmente nos seus setores agrícola e estatal, que continuam a ser fundamentais para a trajetória da China (Wong *et al.*, 2020). A China operacionalizou, à sua maneira, o significado original

de *capitalismo de Estado* (Lênin, 1965), na forma de “socialismo com características chinesas”, e reafirmou que o capitalismo só pode funcionar para o benefício dos povos das periferias sob o controle de uma força revolucionária, que o Partido Comunista encarna.

Uma das características mais básicas da estratégia de desenvolvimento soberano da China, como Wen (2021) demonstrou, tem sido a sua capacidade de absorver choques e diversificar-se economicamente sob a contradição institucional da sua dupla estrutura, urbana e rural, herdada da revolução. Nas palavras de Wen (2021, p. 14, tradução nossa):

Em termos de estabilização social, a China rural (compreendendo três dimensões irredutíveis: os camponeses, as áreas rurais e a agricultura, conhecida como *sannong*, os três setores agrários) tem desempenhado um papel importante como amortecedor para as crises econômicas cíclicas (aproximadamente uma a cada dez anos) causadas pelo capital industrial urbano nos últimos 70 anos. Esse tem sido o caso especialmente nos últimos 40 anos de reformas, que viram a China transformar crises em oportunidades.

Desde as reformas, as zonas rurais sofreram um descongestionamento através da transferência ordenada de 400 milhões de trabalhadores para as zonas urbanas. Isso por si só foi um feito extraordinário que apresentou novas oportunidades de transformação econômica e absorção da força de trabalho em novas indústrias e serviços.

No entanto, também apresenta hoje novos desafios para o setor agrário e para a capacidade do país de absorver choques¹. Essas são as novas contradições a serem resolvidas, tal como previsto no partido pela política de revitalização rural. Embora a China tenha tido um desempenho marcadamente melhor do que o de qualquer outro país, não foi poupada da expansão mais geral das reservas de trabalho (Jha; Yeros, 2023b; Prasad; Yeros, 2024) — como veremos na próxima seção. Também não escapou à fase do excesso de capacidade produtiva e à ascensão das altas finanças, juntamente com a formação de reservas de trabalho. É nessas condições que a nova contradição rural-urbana pesará sobre a capacidade da

¹ Para várias dimensões atuais dos sucessos e desafios do desenvolvimento, ver Amin (2014), Cheng (2021), Jabbour e Gabrielle (2021), Kadri (2021), Mohanty (2018), Sit *et al.* (2023) e Wen (2021).

A instrumentalização da Ucrânia através de um golpe de Estado, a promoção de forças neonazistas no aparelho de Estado, a sua tutela pela Otan e o lançamento de uma guerra contra as minorias étnicas russas no Leste do país, em Donbass, foram precisamente um ato de *liquidação* da soberania. A Ucrânia mergulhou numa situação semicolonial simulada, sem estar diretamente ocupada e dividida, mas mesmo assim se reprogramando para lançar uma guerra contra si mesma e para apontar armas contra a vizinha Rússia. Qualquer nova tentativa de incorporar o país à Otan, com tropas e mísseis na fronteira, foi obviamente um *casus belli* para a Rússia

China de manter tanto a sua orientação contra o imperialismo quanto a sua política externa em relação ao Terceiro Mundo.

A questão que enfrenta a atual rivalidade sistêmica está ligada ao futuro das relações econômicas da China com o Terceiro Mundo. A mais recente rodada de acumulação primitiva socialista teve uma dimensão global, também diferente de tudo o que vimos antes. O mínimo que se pode esperar é o que se busca atualmente. A China deve continuar a circular os seus excedentes através da Iniciativa Cinturão e Rota, juntamente com as suas outras iniciativas estratégicas, como os Brics, o *Banco Asiático* de Investimento em Infraestrutura e a Organização para Cooperação de Xangai; construir infraestruturas novas e modernas no Sul; compartilhar tecnologias avançadas, e plantar as sementes da industrialização periférica. Essa estratégia já vem alterando a correlação de forças, principalmente na Ásia, mas também nas outras regiões do Sul.

No entanto, esse não será o assalto decisivo contra o sistema neocolonial. O ataque decisivo não virá da China, mas sim do próprio restante do Terceiro Mundo. A China não deslocará sozinha a lei mundial do valor a ponto de favorecer a industrialização periférica

capitalista generalizada, nem suprimirá a lei do valor fora das suas fronteiras para produzir serviços públicos suficientes para a tarefa de enfrentar a grave crise de reprodução social enfrentada pelo povo trabalhador. A transição policêntrica não dependerá apenas da China — tal como a libertação nacional não dependeu somente da União Soviética.

Essa avaliação foi mais uma vez confirmada pelos acontecimentos recentes que aceleraram a transição sistêmica, nomeadamente a eclosão de guerra na Europa e a insurreição e o genocídio na Palestina.

3.2. ECLOSÃO DE GUERRA NA EUROPA

A Rússia, como principal herdeira da União Soviética — integrando uma grande parte do território, do povo e da memória da URSS, e se beneficiando da capacidade tecnológica, dos recursos energéticos e da energia nuclear da ex-potência —, continuou a ser um obstáculo fundamental à expansão da Otan. O foco da disputa voltou-se para a Ucrânia, que sempre teve um valor estratégico superior nos desígnios da Otan, tal como nos dos nazistas, antes dela. A transformação da Ucrânia na ponta de lança do imperialismo e a resistência da Rússia marcaram uma grande escalada de rivalidade sistêmica, dado que o alvo tem sido nada menos que a Rússia, um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Continua importante compreender a natureza desse conflito. A instrumentalização da Ucrânia pela Otan foi tudo menos um exercício de soberania por parte da Ucrânia. Recorde-se que a autodeterminação nacional é, acima de tudo, uma fórmula anti-imperialista para o exercício do poder popular (Lênin, 1972). A instrumentalização da Ucrânia através de um golpe de Estado, a promoção de forças neonazistas no aparelho de Estado, a sua tutela pela Otan e o lançamento de uma guerra contra as minorias étnicas russas no Leste do país, em Donbass, foram precisamente um ato de *liquidação* da soberania. A Ucrânia mergulhou numa situação semicolonial simulada, sem estar diretamente ocupada e dividida, mas mesmo assim se reprogramando para lançar uma guerra contra si mesma e para apontar armas contra a vizinha Rússia. Qualquer nova tentativa de incorporar o país à Otan, com tropas e mísseis na fronteira, foi obviamente um *casus belli* para a Rússia. A Rússia tinha o direito de intervir.

Essa intervenção crucial foi levada a cabo contra um consolidado eixo Otan-neonazismo. Nos últimos dois anos, uma guerra horrível tem sido travada às custas do povo ucraniano e de jovens de ambos os lados recrutados para a guerra. Longe dos seus supostos ideais liberais, a Otan mostrou mais uma vez que não tem escrúpulos em apoiar forças nazistas fora das suas fronteiras, custe o que custar em vidas humanas, e em patrocinar guerras no exterior, aumentando suas apostas com repasses orçamentais cada vez maiores e transferência de armamento pesado. A Otan também duplicou o tamanho da sua fronteira terrestre com a Rússia com a entrada da Finlândia na aliança, em abril de 2023. Assim, uma extensa frente contra a Rússia tomou forma mais uma vez, com ideologia supremacista. A capacidade da Otan de provocar e escalar conflitos é conhecida, mesmo que haja atualmente um desgaste evidente com a guerra.

O papel da resistência econômica por parte da Rússia também é notável. Além de bloquear o avanço militar da Otan, o país também enfrentou com sucesso o regime de sanções unilaterais, salvaguardando a sua moeda e estabelecendo novas parcerias comerciais. Além disso, as pesadas sanções sofridas e o congelamento de 300 bilhões dos seus ativos em



Nas ruas de Caracas, venezuelanos alinhados com movimentos sindicais e patrióticos defendem a Revolução Bolivariana. Fevereiro de 2014

dólares reforçaram a convergência da Rússia com a China e o Irã. Tal parceria estratégica apresenta hoje novas possibilidades para as relações econômicas e o comércio de petróleo fora do âmbito do dólar e de Wall Street — isto é, fora dos mecanismos operacionais do regime de sanções unilaterais. Essas fissuras também prometem expandir o espaço de manobra para o Terceiro Mundo em termos de finanças, comércio, investimento e tecnologia, especialmente no caso de países sob sanções.

Contudo, cabe uma ressalva. A guerra na Ucrânia também serve de alerta sobre o que acontece quando um país mais vulnerável é incapaz de sustentar uma política de não alinhamento positivo em relação a Estados mais capazes de defender os seus interesses estratégicos. Afinal, essa foi a lição histórica mais importante do Movimento de Bandung: a razão para o não alinhamento positivo foi precisamente a preservação dos Estados mais fracos contra a sua própria incineração num conflito entre as potências maiores.

3.3. INSURREIÇÃO E GENOCÍDIO NA PALESTINA

Se a guerra na Ucrânia é uma extensão da dimensão Leste-Oeste da Guerra Fria, a guerra na Palestina, que eclodiu em 7 de outubro de 2023, é a essência do mesmo conflito Norte-Sul de sempre. Essa é uma situação clássica de colonialismo de povoamento patrocinado pelo imperialismo, uma das últimas questões coloniais não resolvidas do século passado e a mais importante para a transição sistêmica no século XXI. O Estado sionista nunca abdicou da sua função essencial, que é dominar os povos da região, degradar a soberania deles e controlar os recursos energéticos e as rotas comerciais daquela área.

O genocídio contra o povo palestino é a prova cabal da barbárie do imperialismo coletivo liderado pelos Estados Unidos e da natureza fascista dos seus objetivos estratégicos. Assistimos a uma limpeza étnica declarada contra um povo sob ocupação, perpetrada pelo Estado sionista e apoiada pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela União Europeia. No início de janeiro de 2024, quando a África do Sul recorreu ao Tribunal Internacional de Justiça contra Israel, acusando o país de genocídio, mais de 23 mil palestinos tinham perdido a vida nos três meses desde a insurreição de 7 de outubro, 70% sendo mulheres e crianças, mais de 50 mil tinham se ferido nos bombardeios e outros 7 mil, desaparecido sob os escombros. Se ainda existiam esperanças sobre o caráter civilizacional do Ocidente, elas viraram pó nos bombardeios de Gaza.

A insurreição armada em Gaza, na sequência da guerra na Ucrânia, efetuou um salto qualitativo na polarização entre o Norte e o Sul. Intensificou a principal contradição do mundo, quando nenhuma outra ação eficaz para resolver essa questão colonial ou defender os povos da região estava sendo levada a cabo fora do Eixo de Resistência, apoiado pelo Irã. Outras potências semiperiféricas, como as da região que procuraram relações mais estreitas com a China através dos Brics, nomeadamente a Arábia Saudita, o Egito e os Emirados Árabes Unidos, têm buscado efetivamente uma política de “multialinhamento” no decurso dessa crise sistêmica — uma política muito diferente do não alinhamento positivo. Através do multialinhamento, permaneceram no bloco militar do Ocidente e até avançaram para normalizar as relações com o Estado sionista, ao mesmo tempo que inauguraram novas relações econômicas e políticas com o Oriente, incluindo a China, a Rússia e o Irã.

Assim sendo, a insurreição em Gaza também é uma indicação de como a atual rivalidade sistêmica irá provavelmente evoluir: enquanto as potências semiperiféricas procuram jogar em todas as direções do tabuleiro de xadrez global, nesse novo fenômeno de multialinhamento, os povos trabalhadores do Terceiro Mundo, presos e asfixiados em reservas de trabalho, irão se rebelar e forçar a transição sistêmica para a frente. A insurreição em Gaza é, no nosso tempo, a intervenção por excelência da “sexta grande potência” identificada por Marx.

3.4. QUAIS SÃO OS LIMITES DO IMPERIALISMO COLETIVO?

A principal aliança estratégica que organiza o capital monopolista na sua fase de generalização, globalização e financeirização é a Otan. A Otan manteve a sua coesão efetiva e insiste no expansionismo e na agressão, dado que seu único objetivo sempre foi a destruição dos obstáculos ao capitalismo monopolista. Após o colapso da União Soviética, a aliança devorou o Leste Europeu e expandiu as suas operações para África e Ásia. Além das bases militares dos EUA mantidas na Europa, no Japão, na Coreia do Sul e noutros países do Leste e do Sul — somando-se a aproximadamente 800 instalações ao redor do mundo —, um novo pacto de segurança foi forjado pelos Estados Unidos com a Austrália e o Reino Unido (Aukus) para incluir um componente nuclear, paralelamente à expansão da presença naval dos EUA no mar da China Meridional e ao reforço militar em Taiwan. Isso tudo ameaça transformar Taiwan, que tem extensas relações econômicas com a China e os Estados Unidos, numa outra Ucrânia. A política de “Uma só China”, que até agora tem sido a pedra angular das relações diplomáticas entre os EUA e a China, está sendo desrespeitada e já foi praticamente revogada.

A contradição, no entanto, é que a mesma lógica monopolista, uma vez generalizada, globalizada e financeirizada, foi minando os pactos sociais e os pilares materiais da experiência social-democrata, provocando a estagnação dos salários e a supressão da política de pleno emprego. Sob tais condições, o regresso ao fascismo era uma questão de tempo em ambos os lados do Atlântico. Havia até quem acreditasse que o neofascismo criaria uma crise na Otan, que a chegada de Trump poria em xeque a sua essência liberal. Mas o liberalismo nunca foi a razão de ser da Otan, cujo verdadeiro propósito é a generalização do capitalismo monopolista. Caso haja uma divergência tática ou estratégica na Otan, não será devido a um conflito ideológico com o liberalismo, e sim a uma disputa interimperialista.

A única possibilidade de surgirem fissuras debilitantes na Otan é por implosão de um ou mais governos ocidentais sob pressão popular. Não podemos descartar essa possibilidade no nosso tempo, embora o proletariado no Ocidente ainda careça de organização e consciência histórica. Mas a dinâmica neoliberal-neofascista dirigida pelos monopólios nas arenas nacionais tomou conta de todo o Atlântico Norte e o pôs num caminho de declínio e polarização social que alimenta revoltas. A marginalização das comunidades imigrantes de origem africana e asiática acrescenta um fator crucial na condução das revoltas. As manifestações maciças contra o genocídio palestino impulsionaram, em muitos casos, comunidades racialmente oprimidas para a vanguarda da dinâmica política. Essas fissuras irão se aprofundar. A coloração ideológica exata de quaisquer fissuras permanece imprevisível, e sabemos que o fascismo está a atacar a cada passo. Mas, no século XXI, o curso dessa disputa não está predeterminado.

4. AS FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS HOJE

O aspecto mais flagrante do mundo do trabalho nesta fase neocolonial tardia do imperialismo é o crescimento maciço das reservas de trabalho concentradas nas periferias do sistema². Marx foi vindicado nos seus postulados sobre a lei geral da acumulação capitalista que hoje se manifesta no crescimento secular das reservas de trabalho (Marx, 2013, cap. 23). Dada a extensão e durabilidade dessa realidade hoje, que consequências ela tem para as formações sociais periféricas e para a transição sistêmica?

A situação do neocolonialismo tardio prendeu as periferias numa armadilha sistêmica. Produziu formações sociais destinadas a crescer como reservas de trabalho através de um processo generalizado de semiproletarização, em função do qual camponeses e trabalhadores têm se aproximado objetivamente na produção e reprodução social. Conforme definido anteriormente (Yeros, 2022, p. 104),

a condição semiproletarizada [é] aquela em que uma força de trabalho, durante um período significativo de tempo, como uma geração, não vem a depender do emprego assalariado para sua reprodução social, apesar de ter perdido a totalidade ou parte de seus meios de produção, mas mantém ou busca ativamente uma combinação de assalariamento, trabalho autônomo e simples valores de uso, ao lado do trabalho de cuidado e das políticas sociais do Estado.

² A evolução dos sistemas produtivos globais contemporâneos e a criação de reservas de mão de obra foram analisadas detalhadamente: para algumas das principais questões conceituais, consulte Jha, Moyo e Yeros (2017), Jha e Yeros (2021; 2023a), Prasad e Yeros (2024) e Yeros (2022); para trabalhos coletivos empíricos e comparativos sobre os continentes do Sul, ver Jha et al. (2021; 2022), Jha e Yeros (2019; 2022a; 2022b; 2023) e Tsikata, Prasad e Yeros (2024).

Isso marca uma nova e longa fase de acumulação primitiva, em que sociedades inteiras são transformadas ainda mais profundamente pelo capitalismo monopolista: continuam a ser necessárias ao funcionamento dele no que diz respeito às transferências internacionais de valor, porém a sua reprodução social se torna cada vez mais marginal à relação salarial. Uma condição proletária mais plena nas periferias permanece inatingível sob o capitalismo monopolista, mesmo em espaços altamente urbanizados. O significado histórico desse fenômeno ainda precisa ser compreendido. Não é exagero dizer que “o ápice da proletarização em escala mundial foi alcançado no século XX, após o qual o sistema capitalista passou a produzir contingentes cada vez maiores de povos trabalhadores não proletários” (Prasad; Yeros, 2024, tradução nossa). Esta deve ser reconhecida como uma fase distinta e duradoura na formação de sociedades periféricas nesse longo declínio do capitalismo.

As tendências sistêmicas tornam-se evidentes quando olhamos para a evolução do emprego por *status* e setor ao longo dos últimos 30 anos de neoliberalismo, conforme dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2023)³. A tendência geral nos últimos 30 anos diz respeito a uma dramática transição agrícola global, implicando uma rápida evolução das relações intersetoriais entre regiões e a reorganização da estrutura de emprego da força de trabalho⁴. Desde o início da década de 1990 até o início da década de 2020, o período de 30 anos acerca do qual os dados da OIT estão mais acessíveis, a dimensão relativa da população em idade ativa em escala mundial envolvida principalmente na agricultura diminuiu, mas sem absorção significativa na indústria, enquanto a mão de obra foi canalizada para os serviços, mas ainda mais para fora da força de trabalho.

4.1. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERSETORIAIS

Tal como indicado no gráfico 1, no período 1992-2021, o quase 1 bilhão de pessoas da população economicamente ativa — sem considerar os seus dependentes com menos de 15 anos e os idosos com mais de 64 anos — que trabalhavam principalmente na agricultura no início da década de 1990, dos quais 374 milhões eram mulheres, 30 anos mais tarde diminuiu para 872 milhões, com 329 milhões de mulheres. Entretanto, o trabalho industrial aumentou em 274 milhões de ocupados no total, de 484 milhões para 758 milhões (ainda abaixo da agricultura), ao qual apenas 37 milhões de mulheres aderiram no decurso da expansão. Uma mudança muito maior ocorreu nos serviços, em que a mão de obra duplicou em termos globais, de 803 milhões para 1,6 bilhão, para homens e mulheres em igual medida (para mulheres, em números absolutos, de 353 milhões para 760 milhões). Mas o maior movimento, de longe, ocorreu para fora da força de trabalho, de 1,3 bilhão para 2,4 bilhões no total. Essa situação atingiu mais duramente as mulheres, que passaram de 919 milhões para 1,6 bilhão: estão fora da força de trabalho mais de me-

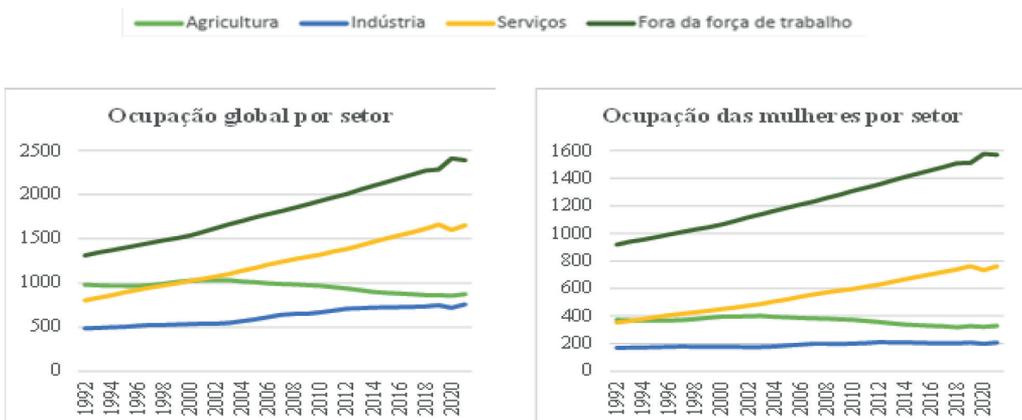
³ As categorias de trabalho identificadas pela OIT dizem respeito à população economicamente ativa (entre 15 e 64 anos) e se resumem a seis: empregadores, trabalhadores assalariados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares contribuintes, desempregados e pessoas que se encontram fora da força de trabalho — uma categoria heterogênea que abrange aqueles que já não procuram emprego, estudantes, enfermos, pessoas com deficiência e aposentados precocemente e cuidadores do domicílio, de crianças, de idosos e de enfermos. Essas categorias, embora imperfeitas para as nossas necessidades, continuam a ser úteis para captar tendências básicas na formação de reservas de trabalho.

⁴ Os dados e análises a seguir baseiam-se principalmente em Prasad e Yeros (2024).

Um novo pacto de segurança foi forjado pelos Estados Unidos com a Austrália e o Reino Unido (Aukus) para incluir um componente nuclear, paralelamente à expansão da presença naval dos EUA no mar da China Meridional e ao reforço militar em Taiwan. Isso tudo ameaça transformar Taiwan, que tem extensas relações econômicas com a China e os Estados Unidos, numa outra Ucrânia

tade das mulheres em idade ativa do mundo (55%), em comparação com quase um terço (30%) dos homens em idade ativa. Como foi argumentado (Prasad; Yeros, 2024, tradução nossa), “as reservas de trabalho hoje, além da incalculável tragédia humana que marca a sua expansão, também estão claramente convulsionadas pela mobilização de clivagens de gênero em todo o circuito de produção e reprodução social”.

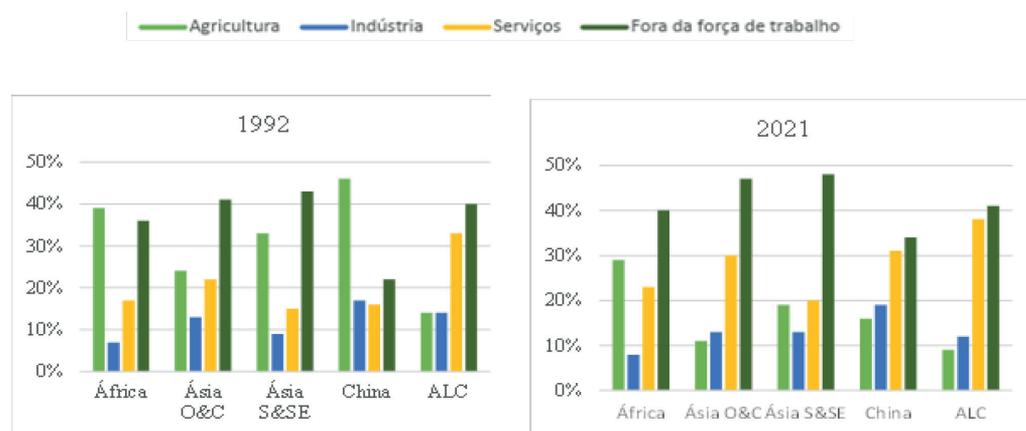
Gráfico 1 – Ocupação global e das mulheres na economia mundial, por setor econômico (milhões) – 1992-2021



Fonte: ILO (2023).

A diferenciação regional ao longo do período de 30 anos é ainda mais interessante para especificar o caráter das formações sociais (gráfico 2). A transição agrícola em África viu o peso relativo da mão de obra envolvida diretamente na agricultura diminuir de 39% para 29%, mas em números absolutos ela aumentou de 144 milhões para 229 milhões de pessoas. A mão de obra na indústria mais do que duplicou em números absolutos, mas o seu peso relativo manteve-se estável, num mínimo de 7% a 8%. Por outras palavras, em relação à população total, a expansão industrial não fez diferença na absorção de mão de obra. As principais mudanças encontram-se nos serviços, em que a mão de obra aumentou de 17% para 23%, uma triplicação em números absolutos, e no contingente de pessoas fora da força de trabalho, que mais do que duplicou em tamanho, para quase 40%⁵.

Gráfico 2 — Ocupação global, por regiões seleccionadas e setor econômico (% da força de trabalho) — 1992-2021



Fonte: ILO (2023).

Nota: Ásia O&C: Ásia Ocidental e Central; Ásia S&SE: Sul e Sudeste da Ásia; ALC: América Latina e Caribe.

No Sul e Sudeste da Ásia, a mão de obra envolvida na agricultura diminuiu em termos relativos de forma ainda mais acentuada, de 33% para 19%, mas em números absolutos a mão de obra agrícola aumentou, de 347 milhões para 369 milhões. A mão de obra industrial quase triplicou em números absolutos, mas em termos relativos foi um salto muito menor, de 9% para 13%. O emprego nos serviços mais do que duplicou, passando de 157 milhões para 388 milhões, mas em termos relativos o salto não foi muito maior, de 15% para 20%. Entretanto, o contingente de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho também duplicou, aumentando para 48% do total, sendo que o aumento se deu especialmente para as mulheres, atingindo um patamar dramático de 69%, em 2021.

Na Ásia Ocidental e Central, o peso do trabalho na agricultura diminuiu tanto em números absolutos como em termos relativos, de 24% para 11%. O trabalho industrial aumentou em quantidade, mas permaneceu inalterado em 13% da população em idade ativa, enquanto o trabalho nos serviços duplicou em tamanho absoluto, passando de 22% para 30% da população em idade ativa. Mais uma vez, a transição pesou mais fortemente entre as pessoas em idade ativa expulsas da força de trabalho, que também duplicaram, atingindo 46%.

⁵ Para trajetórias inter-regionais em África, ver Yeros (2022).

Pixabay



Desde 2023 o Estado de Israel promove a destruição de Gaza e o massacre de Palestinos

Entretanto, a América Latina e o Caribe seguiram uma transição agrícola diferente nesse período de 30 anos, durante a qual o tamanho da população em idade ativa envolvida principalmente na agricultura aumentou ligeiramente, de 39 milhões para 41 milhões, mas esta continuou a diminuir em termos relativos, de um *nível* já baixo relativamente às outras regiões para um nível ainda mais baixo, de 14% para 9%. O trabalho industrial aumentou ligeiramente em números absolutos na região, mas proporcionalmente também diminuiu, de 14% para 12%, sendo ela a única que sofreu um declínio real no trabalho industrial. Nesse caso, o setor de serviços absorveu a maior parte da saída da agricultura e da indústria, duplicando de tamanho para 180 milhões e aumentando sua participação de 33% para 38%, seguido pelo contingente fora da força de trabalho, que aumentou para 192 milhões, ou 40% da população ativa da população em geral.

A trajetória da China se destaca claramente das demais, ainda que o país não tenha sido poupado das adversidades da transição agrária. A mão de obra envolvida diretamente na agricultura diminuiu muito acentuadamente, de 380 milhões para 184 milhões de pessoas em idade ativa, o que corresponde a uma queda impressionante em termos relativos, de 46% para 16% da população em idade ativa. A mão de obra industrial aumentou de 141 milhões para 212 milhões, correspondendo a um aumento relativamente pequeno, de 17% para 19% da população em idade ativa, mas ainda à frente de outras categorias — e de todas as outras regiões, em termos proporcionais, em 2021. O emprego no setor de serviços quase triplicou, para 356 milhões, registrando um aumento de 16% para 31%, enquanto a população em idade

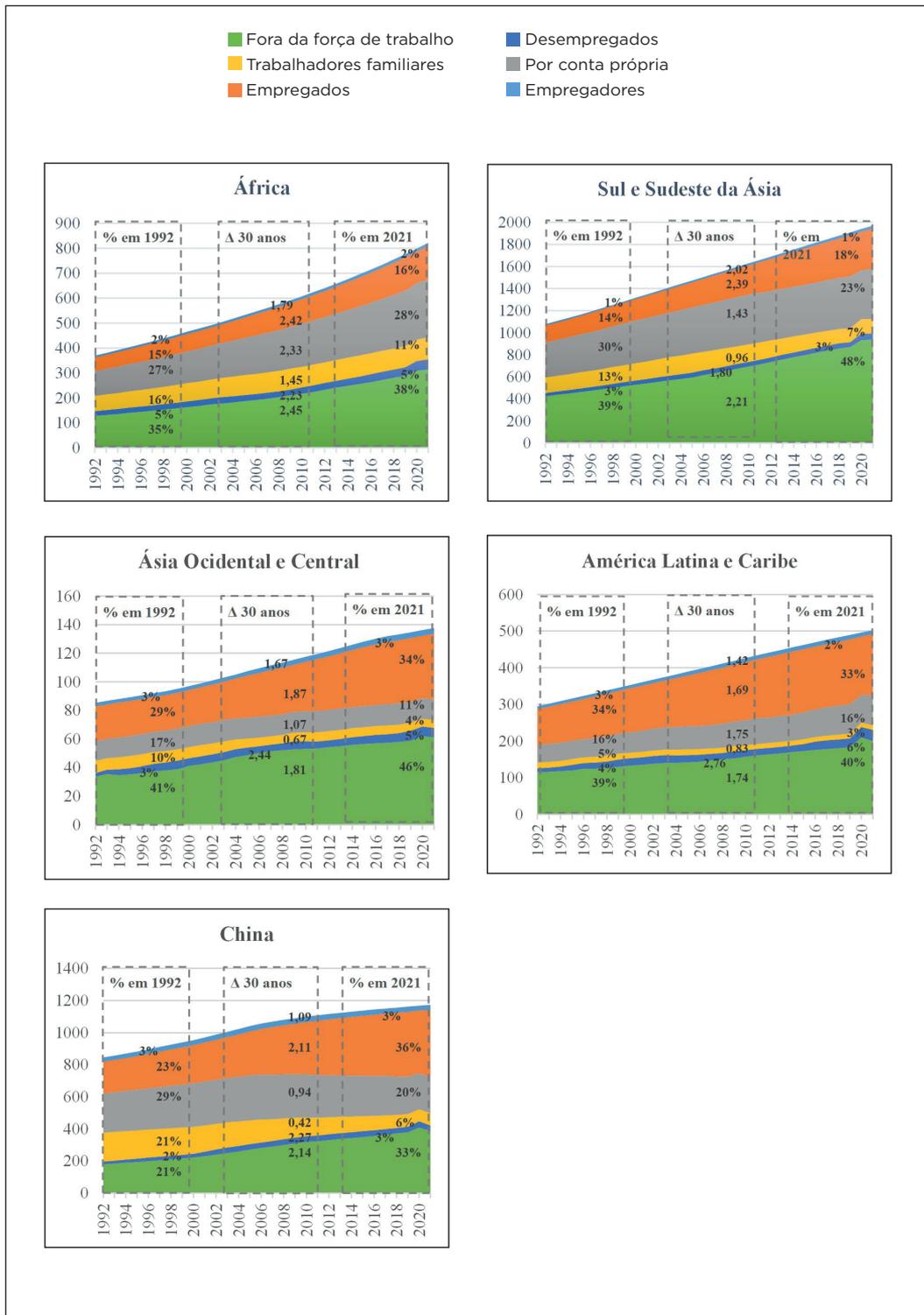
A mesma lógica monopolista, uma vez generalizada, globalizada e financeirizada, foi minando os pactos sociais e os pilares materiais da experiência social-democrata, provocando a estagnação dos salários e a supressão da política de pleno emprego. Sob tais condições, o regresso ao fascismo era uma questão de tempo em ambos os lados do Atlântico

ativa fora da força de trabalho duplicou, passando para 386 milhões, e aumentou de forma bastante acentuada em termos relativos, de 21% para 33% — marcando uma das principais contradições internas da China discutidas anteriormente.

4.2. ESTRUTURA OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

Uma análise da estrutura ocupacional de cada macrorregião contribui para a nossa compreensão das formações sociais periféricas (gráfico 3). Em África, a relação salarial integral abrange uma pequena minoria do povo trabalhador, tão baixa quanto 16% em 2021, e uma minoria ainda mais exígua entre as mulheres, 9%. A proletarização mais do que duplicou em números absolutos, mas aumentou apenas ligeiramente em termos relativos, 1 ponto percentual global ao longo de 30 anos. Os maiores contingentes de pessoas em idade ativa em geral e de mulheres, especificamente, encontram-se no trabalho por conta própria (28% no geral e 24% para mulheres, especificamente) e fora da força de trabalho, situação na qual 47% das mulheres em idade ativa estavam em 2021. Da mesma forma, no Sul e Sudeste Asiático, a proletarização cresceu de 14% para 18% (e de 7% para 11% entre as mulheres), registrando mais uma vez um nível muito baixo de proletarização plena ao longo do período de 30 anos. As categorias que mais recuaram, tanto no geral como entre as mulheres, são as do trabalho por conta própria (de 30% a 23% no total e de 14% para 10% no caso das mulheres) e do trabalho contribuinte familiar (13% para 7% no total e 15% para 8% entre as mulheres). Mais uma vez, a deslocação das mulheres para fora da força de trabalho é, de longe, a realidade mais pronunciada.

Gráfico 3 – Ocupação global, por *status*, nas macrorregiões do Sul (milhões) – 1992-2021



Fonte: ILO (2023).

Nota: Δ 30 anos = taxa de variação no período

Na Ásia Ocidental e Central, a proletarização aumentou mais acentuadamente, de 29% para 34% no geral (20% para 26% entre as mulheres). No entanto, a taxa de expansão global foi semelhante à das pessoas empurradas para fora da força de trabalho, que no caso das mulheres atingiu 58%. Nessa região conjunta, as categorias que mais recuaram, tanto no geral como dentre as mulheres, são as do trabalho por conta própria (de 17% para 11% no total e de 10% para 6% no que respeita às mulheres) e do trabalho contribuinte familiar (10% para 4% no total e 12% a 5% entre as mulheres). Uma diferenciação mais acentuada emerge assim nessa região entre o proletariado propriamente dito e as pessoas situadas fora da força de trabalho, sendo as outras categorias pressionadas no meio.

A região da América Latina e do Caribe encontra-se num nível de proletarização semelhante ao da Ásia Ocidental e Central, e atrás da China. No entanto, a proletarização relativa na verdade recuou nesse período, em geral de 34% para 33%, ao mesmo tempo que avançou entre as mulheres, de 23% para 27%. Isso foi acompanhado também por um declínio do número de mulheres fora da força de trabalho, de 58% para 52%, enquanto, no geral, essa categoria aumentou ligeiramente, de 39% para 40%, o que sugere que um maior número de pessoas do sexo masculino em idade ativa ficou fora da força de trabalho. A tendência mais acentuada nessa região, apesar do retrocesso no trabalho proletário, é a transferência de mulheres para o trabalho assalariado a partir de todas as outras categorias, especialmente de fora da força de trabalho e exceto a categoria do desemprego, que também mais do que triplicou em número, atingindo 6% em 2021.

Finalmente, a China mostra ainda que o proletariado propriamente dito é a maior componente da força de trabalho, com 36%, subindo acentuadamente desde os 23% registrados em 1992. A trajetória das mulheres na proletarização acompanhou de perto a tendência geral, embora a categoria fora da força de trabalho tenha permanecido a maior entre as mulheres e crescido proporcionalmente de 27% para 39%. É ainda notável que, à semelhança de outras regiões da Ásia consideradas acima, as categorias que mais recuaram na China, tanto no geral como para as mulheres, são as do trabalho por conta própria (de 29% para 20% no total e de 19% para 16% entre mulheres) e trabalho familiar contribuinte (21% para 6% no total e de 29% para 9% entre mulheres). A transição agrária na China testemunhou uma saída maciça de mão de obra da agricultura e sua absorção mais equilibrada na indústria e nos serviços, embora não tenha evitado o crescimento da quantidade de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho.

4.3. FORMAÇÕES SOCIAIS PERIFÉRICAS NA TRANSIÇÃO SISTÊMICA

Podemos tirar algumas conclusões provisórias na medida permitida por esses dados macrorregionais. Mudanças rápidas, dramáticas e múltiplas ocorreram no curto espaço de 30 anos. Essas mudanças são sem precedentes, por sua velocidade e magnitude. No geral, não são um bom presságio para os povos trabalhadores das periferias da economia mundial, dado o caráter desse processo de semiproletarização. A trajetória da China permanece num patamar diferente nessa transição agrária, com absorção intersetorial e industrial mais equilibrada, embora também tenha acumulado reservas de mão de obra muito substantivas. Mas as outras formações sociais regionais assistiram a uma rápida transição agrária com uma proletarização lenta, uma absorção industrial lenta, setor de serviços em rápido crescimento com trabalho precário e um grande número de pessoas em idade ativa expulsas da força de



Soldados da Otan em treinamento na Lituânia, novembro de 2024

trabalho. A trajetória das mulheres em idade ativa é, em todos os casos, diferente da dos homens, geralmente em níveis mais baixos de proletarização e de participação em todas as categorias, exceto a de pessoas fora da força de trabalho, na qual a presença de mulheres está concentrada.

Essas tendências deverão continuar, a menos que ocorra uma transição sistêmica significativa. Embora estejam em curso mudanças na correlação de forças, a verdadeira medida da transição sistêmica ao longo da próxima geração, até 2050, será a capacidade de absorver efetivamente os povos trabalhadores do Sul no emprego industrial, tanto nas zonas urbanas como nas rurais, e de reequilibrar as relações intersetoriais e rurais-urbanas numa base sustentável. Acontece, na maioria das regiões, que o desenvolvimento soberano e popular no século XXI exigirá o descongestionamento das áreas urbanas e o reforço das áreas rurais para um nível mais elevado e digno de reprodução social. Seria necessário um plano de revitalização rural em toda parte, juntamente com a reforma urbana. Claramente, um caminho de desenvolvimento soberano e popular é uma questão existencial para os povos trabalhadores do Sul nesta primeira metade do século XXI.

Essas tendências também definirão as lutas da atual geração. Embora toda a gama de formas políticas esteja sempre presente — da progressista à reacionária, da mais organizada à mais difusa, da pacífica à armada —, acontece que as formações sociais semiproletarizadas apresentam tendências ainda distintas. Por um lado, há uma intensa luta pela reprodução social com ou sem relação salarial. Isso assume a forma de lutas pela terra rural e urbana, por acesso a recursos naturais e pelos bens comuns em geral, incluindo os serviços sociais. As mulheres têm uma forte presença nessas lutas, assim como as camadas sociais mais oprimidas segundo as clivagens raciais, de castas e outras clivagens sociais que organizam as relações de classe. Também assume a forma de lutas de pequenos produtores por acesso ao

A erosão da infraestrutura global do neocolonialismo tardio que está em curso hoje não será suficiente para o tipo de transição que é necessário. O fator popular continuará a ser determinante

mercado e a estruturas de preços e acordos de produção regulamentados, especialmente por parte do campesinato, mas também na economia de serviços urbanos, que tem visto a organização de trabalhadores informais e precários por mercados mais regulamentados. Essas lutas, sem dúvida, não excluem os trabalhadores organizados do setor público ou privado e os seus sindicatos, ou os movimentos estudantis, que continuam a ser fundamentais na correlação de forças. Mas são lutas distintas e básicas nessas formações sociais, conforme a maneira pela qual evoluíram. Além disso, são lutas que têm um potencial único para organizar a política, atravessando a divisão rural-urbano à luz dos desafios que a próxima geração enfrentará.

Uma última característica diz respeito às pressões *insurrecionais*, que galvanizam essas formações sociais. A crise social e a insurreição caminharam de mãos dadas na expansão das reservas de mão de obra. As pressões insurrecionais, tanto armadas como não armadas, têm sido constantes e generalizadas nas periferias. Algumas — muito poucas — deram lugar a situações revolucionárias, como no Zimbábue e na Venezuela. Mesmo sem um desfecho revolucionário, as contradições escalaram até o poder estatal, a ponto de confrontarem o imperialismo de forma sustentada. Outras pressões insurrecionais espalharam-se instantaneamente por países, como na Primavera Árabe, para produzir resultados diversos, desde golpes de Estado e repressão até invasões militares, na Líbia e na Síria, e luta armada e radicalização contínua, com a tomada do poder estatal, no Iêmen. Outras lutas de massas organizaram-se em torno de protestos pacíficos organizados, como na Índia, para sustentar um confronto duradouro contra o governo neofascista, em condições difíceis, com vitórias significativas a curto prazo.

Mais recentemente no Sahel, em Mali, Burquina Faso e Níger, o descontentamento das massas encontrou expressão em revoltas no âmbito das Forças Armadas e na mobilização popular em torno delas, com ideologia anti-imperialista e apelo de massas. Outras lutas de massas, como na América Latina e no Caribe ao longo das últimas três décadas, passaram por fases de fluxo e refluxo e permanecem indeterminadas. Nas lutas de massas que levaram a vitórias eleitorais, como no Chile, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, a perda de apoio eleitoral em favor de forças reacionárias continuou a ser uma ameaça constante,

inclusive através de golpes de Estado e da intervenção imperialista. Peru, Bolívia e Brasil, entre outros, sucumbiram a golpes, conquanto os dois últimos tenham conseguido revertê-los. O Haiti, que assistiu a lutas sociais maciças durante todo esse período, também foi sujeito a golpes de Estado em série e ocupação estrangeira, permanecendo hoje sob a ameaça de uma nova invasão.

A insurreição armada em Gaza em 7 de outubro de 2023 e a guerra que se seguiu na região são uma continuação das lutas da Primavera Árabe e da Revolução Islâmica no Irã, antes dela, bem como da luta mais duradoura contra o colonialismo de povoamento na Palestina. O Eixo da Resistência, que atravessa o Irã, o Iraque, a Síria, o Líbano, o Iêmen e a Palestina, representa uma nova fase nas lutas anti-imperialistas regionais, com um enorme componente militante e popular entre essas populações também semiproletarizadas. Essas lutas, com todas as suas particularidades, não são diferentes em sua base social ou na crise social da qual surgem.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

A questão permanece: para quem será a transição sistemática? A principal contradição persiste entre o imperialismo e os povos trabalhadores do Terceiro Mundo, isto é, os camponeses e trabalhadores permanentemente semiproletarizados das periferias do mundo. Se e quando o proletariado dos centros imperialistas refutar suas alianças com o imperialismo e a lógica supremacista, uma frente mais ampla poderá começar a ser visualizada.

Mas, até lá, as lutas pela transição sistêmica ao longo da próxima geração deverão significar coisas muito concretas na afirmação da soberania: absorção das enormes reservas de trabalho do Terceiro Mundo por meio da industrialização rural e urbana, estabilização das relações rurais-urbanas por via da reforma agrária e produção em massa de bens públicos para enfrentar a crise da reprodução social. O prazo também é crucial: essa transição deve ocorrer até meados do século, se quisermos reverter o crescimento catastrófico das reservas de trabalho nestes tempos de aquecimento global. Existe realmente alguma outra medida de policentrismo?

Continua a ser verdade que o policentrismo só pode ser obtido através da planificação central e de uma nova combinação de relações de propriedade na base produtiva das periferias. A erosão da infraestrutura global do neocolonialismo tardio que está em curso hoje não será suficiente para o tipo de transição que é necessário. O fator popular continuará a ser determinante na mudança da sorte dos povos trabalhadores no Terceiro Mundo e nos sistemas de planificação que são necessários. A “sexta grande potência”, como nos lembra Marx, é a única fonte, a única medida e a única garantia da transição para o policentrismo.

* Professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) nos bacharelados em Ciências Econômicas e Ciências & Humanidades e na pós-graduação em Economia Política Mundial. Membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros (Neab-UFABC), pesquisador associado do Instituto Africano Sam Moyo para Estudos Agrários (Zimbábue) e editor do periódico científico internacional *Agrarian South: Journal of Political Economy* (ed. Sage-Índia). Seus interesses de pesquisa incluem África contemporânea e relações agrárias e de trabalho na economia mundial.

Este artigo foi publicado originalmente em inglês na revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 13, n. 1, 2024, p. 14-40. Versões anteriores foram apresentadas na conferência "Movimentos populares contemporâneos na Índia: desafios, perspectivas e solidariedades", Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Déli, 9-10 de junho de 2023; no curso de treinamento da União da Juventude Socialista no painel "A nova ordem global, a emergência climática e o socialismo no mundo: o marxismo ainda é relevante?", Itapecerica da Serra, São Paulo, 6 de dezembro de 2023; e na Escola de Verão do Smaias-ASN, em "Industrialização rural e urbana: rumo a um Grande Salto Adiante", Harare, 5-9 de fevereiro de 2024. Agradeço aos participantes pelos comentários e pela troca de ideias.

► Texto recebido em 25 de novembro de 2024; aprovado em 28 de fevereiro de 2025.

- AMIN, Samir. A China é capitalista ou socialista?. **Argumentum**, v. 6, p. 283-298, 2014.
- _____. A note on the concept of delinking. **Review**, v. 19, n. 3, p. 435-444, 1987.
- _____. **Delinking**: towards a polycentric world. London: Zed Books, 1990.
- _____. **Obsolescent capitalism**. London: Zed Books, 2003.
- _____. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- _____. **O futuro do maoísmo**. São Paulo: Vértice, 1980.
- _____. The new imperialist structure. **Monthly Review**, v. 71, n. 3, July 1, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-new-imperialist-structure>>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, 2001.
- CHENG, Sam-Kee. Acumulação primitiva socialista na China: uma visão alternativa das anomalias do “capitalismo” chinês. **Princípios**, v. 41, n. 162, p. 265-298, jul.-out. 2021.
- FUKUYAMA, Francis. The end of history?. **The National Interest**, v. 16, p. 3-18, 1989.
- GABRIELE, Alberto; JABBOUR, Elias. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations?. **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.
- ILO. **World employment and social outlook**. Geneva: International Labour Organization, 2023. Disponível em: <www.ilo.org/wesodata>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the Global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.
- JHA, Praveen et al. (Org.). **Farming and working under contract**: peasants and workers in global agricultural value systems. New Delhi: Tulika Books, 2022.
- JHA, Praveen; MOYO, Sam; YEROS, Paris. Capitalism and “labour reserves”: a note. In: CHANDRASEKHAR, C. P.; GHOSH, Jayati (Org.). **Interpreting the world to change it**: essays for Prabhat Patnaik. New Delhi: Tulika Books, 2017. p. 205-237.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Contemporary globalisation and value systems: what gains for the developing countries?. In: TEIPEN, Christina et al. (Org.). **Economic and social upgrading in global value chains**: comparative analyses, macroeconomic effects, the role of institutions and strategies for Global South. Cham: Palgrave Macmillan, 2022a. p. 35-53.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Global agricultural value systems and the South: some critical issues at the current juncture. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 1-17, 2019.
- _____. Global exploitation chains in agriculture. In: SCHERRER, Christoph; GARCIA, Ana; WULLWEBER, Joscha (Org.). **Handbook on critical political economy and public policy**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2023a. p. 262-278.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Labour questions in the Global South: back to the drawing board, yet again. In: JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the Global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021. p. 19-48.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. Rural-urban circuits of labour in the Global South: reflections on accumulation and social reproduction. In: ATZENI, Maurizio et al. (Org.). **Handbook of research on the global political economy of work**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2023b. p. 137-148.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris. The world of work in an age of permanent crisis. **Economic and Political Weekly**, v. 57, n. 42, p. 39-45, 2022b.
- KADRI, Ali. **China's path to development**: against neoliberalism. Singapore: Springer, 2021.
- KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers**: economic change and military conflict from 1500 to 2000. New York: Vintage Books, 1987.
- LAYNE, Christopher. The unipolar illusion. **International Security**, v. 17, n. 4, p. 5-51, 1993.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. The New Economic Policy. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, [1921] 1965. v. 33, p. 60-79.
- _____. The right of nations to self-determination. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, [1914] 1972. v. 20, p. 393-454.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

_____. Extracts from the New York Tribune on the Crimean War. **Marxists Internet Archive**, [1953] [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/archive/marx/works/subject/russia/crimean-war.htm#17>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MEARSHEIMER, John, **The tragedy of great power politics**. New York; London: W.W. Norton, 2001.

MOHANTY, Manoranjan. **China's transformation**: the success story and the success trap. New Delhi: Sage, 2018.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations**: the struggle for power and peace. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. The fall and rise of the national question. In: _____ (Org.), **Reclaiming the nation**: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America. London: Pluto Press, 2011. p. 3-28.

PRASAD, Archana; YEROS, Paris. Patriarchy and the contradictions of late neo-colonialism. In: TSIKATA, Dzodzi; PRASAD, Archana; YEROS, Paris (Org.). **Gender in agrarian transitions**: liberation perspectives from the South. New Delhi: Tulika Books, 2024. p. 3-28.

SIT, Tsui et al. The development trap of financial capitalism: China's peasant path compared. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 247-268, 2013.

SIT, Tsui et al. Grassroots initiatives for ecological transition in China. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 12, n. 2, p. 139-160, 2023.

SNYDER, Glenn H. "Mearsheimer's world". **International Security**, v. 27, n. 1, p. 149-73, 2002.

TSIKATA, Dzodzi; PRASAD, Archana; YEROS, Paris (Org.). **Gender in agrarian transitions**: liberation perspectives from the South. New Delhi: Tulika Books, 2024.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000.

_____. **Theory of international politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979.

WEN, Tiejun. **Ten crises**: the political economy of China's development. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.

WOHLFORTH, William. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

WONG, Erebus et al. Legacy of China's land revolution of 1949: an unfinished dialogue with Sam Moyo. In: JHA, Praveen; YEROS, Paris; CHAMBATI, Walter (Org.). **Rethinking the social sciences with Sam Moyo**. New Delhi: Tulika Books, 2020. p. 289-305.

YEROS, Paris. Elementos de um novo Bandung: para uma frente de solidariedade internacional. **Agrarian South**, November 17, 2021a. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2021/11/17/elementos-de-um-novo-bandung-para-uma-frente-de-solidariedade-internacional>. Acesso em: 28 fev. 2024.

_____. Semiproletarização generalizada em África. **Princípios**, v. 41, n. 165, p. 97-125, set.-dez. 2022.

_____. Um novo Bandung na atual crise. **Agrarian South**, February 16, 2021b. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2021/02/16/um-novo-bandung-na-atual-crise1>. Acesso em: 28 fev. 2024.

_____; JHA, Praveen. Neocolonialismo tardio: capitalismo monopolista em permanente crise. **Agrarian South**, May 27, 2020. Disponível em: <www.agrariansouth.org/2020/05/27/neocolonialismo-tardio-capitalismo-monopolista-em-permanente-crise>. Acesso em: 28 fev. 2024.